

**UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE**  
**CURSO DE DIREITO**

**LARISSA ARAUJO GUILHERME**

**NECROPOLÍTICA E GOVERNO BOLSONARO: PLANO DE  
VACINAÇÃO DA PANDEMIA DA COVID - 19**

**SÃO PAULO – SP**  
**DEZEMBRO DE 2023**

**LARISSA ARAUJO GUILHERME**

**NECROPOLÍTICA E GOVERNO BOLSONARO: PLANO DE  
VACINAÇÃO DA PANDEMIA DA COVID - 19**

Trabalho de Conclusão do Curso, apresentado para  
obtenção do bacharelado no Curso de Direito da  
Universidade Presbiteriana Mackenzie, UPM.

Orientadora: Prof. Dra. Geisa de Assis Rodrigues

**SÃO PAULO – SP**

**DEZEMBRO DE 2023**

**LARISSA ARAUJO GUILHERME**

**NECROPOLÍTICA E GOVERNO BOLSONARO: PLANO DE  
VACINAÇÃO DA PANDEMIA DA COVID - 19**

Trabalho de Conclusão do Curso, apresentado para obtenção do bacharelado no Curso de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie, UPM, com linha de pesquisa em necropolítica e plano de vacinação durante a pandemia do vírus covid – 19.

São Paulo, 8 de dezembro de 2023

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Geisa de Assis Rodrigues (Universidade Presbiteriana Mackenzie) – Orientadora

---

Prof. Dr. Eduardo Ariento (Universidade Presbiteriana Mackenzie) – Examinador

---

Prof. Dr. Pedro Buck (Universidade Presbiteriana Mackenzie) – Examinador

## **DEDICATÓRIA**

A minha avó materna Gilva Araújo Silva.

## **AGRADECIMENTOS**

Meu Deus, Senhor Jesus Cristo, por ter sido meu guia em todos os momentos, sem Ele nada sou.

Minha Família, minha mãe Silvana, meu pai Isaias, minha irmã Marcella, meu amor, Samuel e meus avós Gilva, Naéff, Antônio e Arleti.

Em especial a minha avó materna, Gilva Araújo, que partiu durante minha graduação, mas continua viva dentro de mim a cada batida do meu coração. Ela foi uma das minhas maiores incentivadoras para o ingresso a Universidade.

Hoje, me formo debaixo de suas orações. Minha avó esteve presente em todas as etapas da minha vida acadêmica, e no Ensino Superior não seria diferente. Essa dissertação é em sua homenagem.

## RESUMO

Este trabalho tem como objetivo apresentar como ocorreu a gestão do enfrentamento à pandemia de Covid 19 no Brasil. Principalmente no que tange às medidas utilizadas pela Presidência da República, na época governada pelo Chefe do Executivo Jair Messias Bolsonaro. Durante esse período traumático da humanidade, foi possível perceber medidas negacionistas lideradas pela Presidência, que culminaram em consequências como a usurpação de direitos fundamentais estabelecidos na Constituição Federal de 1988 e o agravamento da pandemia, que levou ao colapso do Sistema Único de Saúde. O desenlace primordial desta atuação pode ser condensado nas sombrias estatísticas de incidências e mortes decorrentes da Covid-19, enfatizando a presença de uma política de morte em andamento no Brasil.

**Palavras- chave:** Necropolítica. Governo. Bolsonaro. Vacinação. Covid – 19.

## **ABSTRACT**

This paper aims to present how the management of coping with the Covid 19 pandemic occurred in Brazil. Especially with regard to the measures used by the Presidency of the Republic, at the time governed by the Chief Executive Jair Messias Bolsonaro. During this traumatic period of humanity, it was possible to perceive denialist measures led by the Presidency, which culminated in consequences such as the usurpation of fundamental rights established in the Federal Constitution of 1988 and the worsening of the pandemic, which led to the collapse of the Unified Health System. The primary outcome of this action can be condensed into the grim statistics of incidences and deaths resulting from Covid-19, emphasizing the presence of an ongoing death policy in Brazil.

**Keywords:** Necropolitics. Government. Bolsonaro. Vaccination. Covid-19.

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	8
2 CONCEITO DE NECROPOLÍTICA.....	11
3 PLANO NACIONAL DE VACINAÇÃO.....	14
3.1 Papel da ANVISA .....	15
3.2 Pressão do Governo Bolsonaro contra a vacina .....	16
3.3 Bolsonaro se recusa a se vacinar .....	17
3.4 Liderança do Estado de São Paulo no plano de vacinação.....	18
3.5 Comissão de Inquérito Policial (CPI) da Covid – 19. ....	19
3.6 O Estadão e a busca por transparência nos laudos do ex Presidente Jair Bolsonaro	19
4 CONSEQUÊNCIAS DA CAMPANHA CONTRA A VACINAÇÃO.....	21
4.1 Fenômeno Anti Vacina.....	21
4.2 Vacinação Infantil.....	21
4.2.1 Fala dos Ministros Damares e Marcelo Queiroga .....	22
4.3 A Importância da vacinação infantil na proteção contra a COVID.....	25
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	27
REFERÊNCIAS .....	29



## 1 INTRODUÇÃO

No ano de 2020, após três meses da identificação de um novo vírus originado na China, o Brasil e o mundo foram surpreendidos por uma crise global inesperada: uma pandemia causada pelo vírus SARS-CoV-2, resultando na síndrome respiratória aguda grave conhecida como COVID-19. Essa pandemia teve um impacto não apenas na saúde e na vida das pessoas, mas também afetou as estruturas políticas, a economia e o tecido social em todo o mundo.

A epidemia de Covid-19, originada pelo vírus Sars-CoV-2, alcançou o território brasileiro em 26 de fevereiro de 2020, data em que foi documentado o primeiro diagnóstico da doença em solo nacional, ocorrido com um indivíduo que regressara de uma estadia na Itália. Subsequentemente, pesquisas demonstraram que o vírus já se difundia no país desde o início de janeiro de 2020. No início de março desse mesmo ano, os primeiros episódios de contágio comunitário foram identificados<sup>1</sup>.

Durante a pandemia do Coronavírus que atingiu o mundo inteiro, no Brasil, iniciou-se um plano de vacinação, com intuito de imunizar a população em geral. Tal política pública começou a vigorar no dia 17 de janeiro de 2021. Segundo dados do Instituto Butantan ‘ ‘ O avanço da vacinação no país, sobretudo com a vacina CoronaVac, já mostrava resultados positivos no início de maio de 2021. ’ ’

Havia uma expectativa que o Sistema Único de Saúde (SUS) iria demonstrar uma eficaz capacidade de resposta à pandemia da Covid-19, graças à sua robusta estrutura de vigilância sanitária e à sua ampla rede de Atenção Primária à Saúde (APS), e, em especial, seu reconhecido Programa Nacional de Imunização (PNI). Na Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), braço da Organização Mundial de Saúde (OMS), o PNI brasileiro é citado como referência mundial<sup>2</sup>.

Contudo, em contraste com a maioria dos governos estaduais que, no início da pandemia, adotaram medidas como o fechamento de escolas, comércios e o cancelamento de eventos, entre outras estratégias não farmacológicas para conter a disseminação da Covid-19, o então Presidente Bolsonaro e seus seguidores, incluindo parlamentares, familiares, ministros e empresários, optaram por não seguir as orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS) e as evidências científicas pertinentes, inclusive em contrariedade à própria legislação federal editada por seu governo na Lei 13.979/2020.

---

<sup>1</sup> GREER, Scott L. et al. **Coronavirus politics: The comparative politics and policy of COVID-19**. University of Michigan Press, 2021.

<sup>2</sup> BRASIL. Ministério da Saúde. Programa de Imunização (2003). Brasília – DF.

O artigo 3º, inciso I e inciso II, alínea d da Lei 13.979/2020 afirma que para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional que deu início a pandemia do Coronavírus todas as autoridades poderão adotar, no âmbito de suas competências, entre outras, as seguintes medidas de isolamento e a determinação de realização da vacinação e outras medidas profiláticas<sup>3</sup>. Em vez disso, minimizaram a gravidade da pandemia e desconsideraram suas potenciais consequências negativas para a economia do país, que naquele momento, já enfrentava sérias dificuldades<sup>4</sup>.

Essa ação teve um impacto negativo na maneira como o Ministério da Saúde respondeu à pandemia no Brasil, semelhante ao que ocorreu nos Estados Unidos e no Reino Unido, quando seus líderes decidiram intervir diretamente na gestão das agências nacionais encarregadas de lidar com a Covid-19. Esses três países enfrentaram sérios desafios na contenção da pandemia desde o início, e até dezembro de 2021, o Brasil registrou mais de 22 milhões de casos e 617 mil mortes divulgadas de acordo com os dados do Painel Coronavírus do Ministério da Saúde<sup>5</sup>.

De acordo com informações do "Our World in Data," o Brasil lidera em termos de fatalidades relacionadas à Covid-19 quando comparado à sua população, entre as nações mais densamente povoadas do mundo. Registra-se um total de 1.950 óbitos por milhão de cidadãos brasileiros, um índice que ultrapassa os de outros 13 países que possuem mais de 100 milhões de residentes. Esses números correspondem aos óbitos registrados até maio de 2021<sup>6</sup>.

Em relação ao perfil das vítimas, foi notada uma falta de informações iniciais relacionadas à raça/cor, o que sugere uma tentativa de ocultar a identidade das pessoas mais impactadas pela epidemia. A recusa em garantir direitos essenciais e fundamentais reflete a presença de uma estrutura discriminatória que tem moldado a abordagem governamental em relação à COVID-19 no país. Uma pesquisa conduzida pela Escola Nacional de Saúde Pública da Fiocruz analisou o retrato das pessoas afetadas pela Covid-19 e destacou um aumento

---

<sup>3</sup> BRASIL. Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. "Medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19)." Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2020/lei/l13979.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/l13979.htm)

<sup>4</sup> CNN Brasil, 2020. "Em rede nacional, Bolsonaro critica governadores: 'Por que fechar escolas?'" Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/em-rede-nacional-bolsonaro-critica-governadores-por-que-fechar-escolas/>. Acesso em: 14 de setembro de 2023.

<sup>5</sup> BRASIL. Ministério da Saúde, 2020. Painel coronavírus. Brasília, DF. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/> Acesso em: 14 de setembro de 2023.

<sup>6</sup> G1. "Brasil tem o maior número de mortes de COVID-19 por milhão de habitantes entre os países mais populosos." 6 de maio de 2021. Acesso em: 19 outubro de 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2021/05/06/brasil-tem-o-maior-numero-de-mortes-de-covid-19-por-milhao-de-habitantes-entre-os-paises-mais-populosos.ghtml>

significativo na probabilidade de óbito entre indivíduos com excesso de peso e pertencentes a grupos étnicos afrodescendentes<sup>7</sup>.

Os cientistas confirmam o impacto das condições médicas subjacentes nas taxas de mortalidade, especialmente em indivíduos com excesso de peso, que apresentaram uma probabilidade 56,3% maior de óbito. A pesquisa igualmente apontou a repercussão da disparidade na alocação de recursos e na capacidade de administrar as iniciativas de combate à pandemia. Esses elementos tiveram um efeito no aumento das taxas de mortalidade, observado de forma mais acentuada entre a população negra e em estados localizados nas regiões Norte, Nordeste e Sudeste.

Neste artigo, foi realizada uma pesquisa qualitativa através de uma análise exploratória de documentos disponíveis em sites de notícias de alcance nacional, referências bibliográficas, verificação de documentos oficiais e artigos científicos. Esses documentos descreviam como o governo brasileiro gerou uma resposta à pandemia da Covid-19 no país.

Os sites de notícias foram acessados usando o mecanismo de busca do Google, abrangendo os principais eventos desde o início da pandemia até outubro de 2023. A análise levou em consideração as seguintes categorias de publicações: conceito de necropolítica; a relação da necropolítica; pandemia da Covid- 19; como a necropolítica atua na em vidas brasileiras; discursos do presidente da República; ações políticas e administrativas da Presidência que tiveram impacto direto na atuação do Ministério da Saúde e na política de saúde; discursos dos ministros da Saúde em relação à informação e comunicação destinadas à população em geral; ações políticas e administrativas executadas pelos ministros da Saúde; eventos relacionados ao funcionamento interno do Ministério da Saúde.

Dessa maneira, neste trabalho, analisaremos a resposta do governo Bolsonaro à pandemia da COVID-19 no Brasil, quando incentivou e teve um papel significativo no aumento das taxas de mortalidade que ultrapassaram a média global. Isso foi particularmente prejudicial para as camadas mais desfavorecidas da população, dadas as medidas insuficientes de prevenção efetiva. Pelo contrário, houve um estímulo de comportamentos que favoreceram a propagação do vírus e a implementação do plano nacional de imunização foi marcada por hesitações significativas." Para se ter mente a necropolítica refere-se ao uso do poder político para controlar a vida e a morte de certos grupos populacionais, e como essa abordagem pode ter influenciado o plano de vacinação contra a COVID-19 no país.

---

<sup>7</sup> **CNN Brasil.** "Pesquisa da Fiocruz relata perfil das vítimas da COVID-19 e desigualdades no enfrentamento." CNN Brasil Acesso em: 10 de janeiro de 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/pesquisa-da-fiocruz-relata-perfil-das-vitimas-da-covid-19-e-desigualdades-no-ini/>

## 2 CONCEITO DE NECROPOLÍTICA

O termo “necropolítica” tem sua origem a partir da obra “necropolítica” do filósofo e professor Achille Mbembe que conceituou o termo em meados de 2003 na República dos Camarões. Em seu livro, o intelectual disserta que o termo tem como fundamento a determinação de quem vive ou não, a partir de ideais racistas e preconceituosas, desfavorecendo as minorias da sociedade. Em outras palavras, a necropolítica se concentra no uso do poder estatal para determinar quem vive e quem morre<sup>8</sup>.

Em uma sociedade que pratica a necropolítica, o Estado ou outras autoridades podem tomar decisões que resultam em morte e destruição em grande escala, muitas vezes com base em critérios de raça, classe social, gênero, etnia ou outras características. Isso pode incluir ações como genocídio, limpeza étnica, repressão violenta, segregação racial, entre outras práticas que envolvem o uso deliberado da violência letal.

Segundo Mbembe, a necropolítica tem como cerne o uso do “biopoder” do Estado para selecionar e favorecer grupos, além de negligenciar o limiar vida - morte de indivíduos pré-selecionados pelo poder público. A necropolítica se insere em diversos contextos, desde o nazifascismo, ditadura militar no Brasil até a contemporaneidade.

A teoria da necropolítica sustenta a compreensão das disparidades presentes nas ações do Estado em relação a grupos específicos e na alocação desigual do direito à vida. A sua interpretação envolve o reconhecimento de iniciativas governamentais que influenciam tanto a preservação quanto a extinção da vida com base em características que estabelecem hierarquias entre os corpos, classificando-os em termos de quem pode ser descartado e quem deve sobreviver. Em uma sociedade essencialmente moldada pelo racismo, enquanto mecanismo intrínseco a um sistema político de dominação, as “formas contemporâneas de submeter a vida ao poder da morte” derivam de duas concepções interligadas: a primeira, que postula a existência de diferentes raças humanas e a segunda, que argumenta que certas raças humanas são consideradas inferiores às outras.

Em relação à pandemia e às falas do, na época, Presidente Jair Bolsonaro, a conexão está na forma como algumas políticas, ações e declarações do Governo brasileiro foram interpretadas à luz desse conceito. A abordagem do Governo em relação à pandemia da COVID-19, que incluiu minimizar a gravidade do vírus, desencorajar medidas de isolamento social e promover o uso de medicamentos não comprovados cientificamente, colocou certos grupos da população em risco, especialmente os mais vulneráveis.

---

<sup>8</sup> PEREIRA, Juliana Martins. MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: n-1 edições, 2018. 80 p. 2019.

A acusação é de que as políticas e as falas do Governo podem ser vistas como uma forma de necropolítica, onde a vida de algumas pessoas é desvalorizada em prol de outras consideradas mais importantes para a agenda política. Isso inclui a minimização da gravidade da pandemia, o que poderia ter contribuído para a disseminação do vírus e um aumento nas mortes.

Em resumo, a relação entre a necropolítica, a pandemia e as declarações de Jair Bolsonaro se baseiam na interpretação de que as ações do Governo colocaram em risco a vida de certos grupos em detrimento de outros, o que é uma característica central do conceito de necropolítica<sup>9</sup>.

Segundo uma pesquisa divulgada recentemente na revista 'The Lancet', as cidades brasileiras que mais demonstraram apoio ao então presidente Jair Bolsonaro durante o segundo turno das eleições de 2018 foram aquelas que apresentaram as maiores taxas de mortalidade por Covid-19 no ano passado. Esse padrão foi identificado pelos cientistas da Fiocruz e da Universidade de Brasília (UnB), e isso ocorreu mesmo levando em consideração as disparidades estruturais entre os municípios<sup>10</sup>.

No artigo, os pesquisadores destacam que, enquanto a disparidade de renda e infraestrutura de saúde desempenharam um papel fundamental no contexto da primeira onda de Covid no Brasil, a segunda onda foi claramente influenciada pela orientação política adotada pela população dos municípios.

Em outras palavras, ‘os municípios que elegeram Bolsonaro como presidente do país mostraram um aumento significativo nas taxas de mortalidade por Covid-19 na segunda onda’, enfatizam os autores. (colocar referência)

Esse fenômeno pode ser explicado pelo fato de que, quase um ano após o início da pandemia, o governo federal ainda se recusava “a apoiar as diretrizes de distanciamento social e o uso de máscaras”, observam, além de terem promovido o uso de tratamentos precoces com medicamentos cuja ineficácia já tinha sido comprovada. De acordo com os pesquisadores, essas ações aumentaram o “comportamento de risco das pessoas alinhadas ao pensamento do ex-presidente Bolsonaro, expondo-as à Covid-19 e resultando em uma maior taxa de mortalidade”. “Portanto, nossa análise revela que a orientação política foi um dos fatores que explicam por

---

<sup>9</sup> Araújo Matheus. O que necropolítica tem a ver com a pandemia e com falas de Bolsonaro [Internet]. TAB Uol; 2020. Acesso em: 2020 Jul 10. Disponível em: <https://tab.uol.com.br/noticias/redacao/2020/04/03/o-que-necropolitica-tem-a-ver-com-a-pandemia-e-com-falas-de-bolsonaro.htm?cmpid=copiaecola>

<sup>10</sup> G1. Cidades que mais apoiaram Bolsonaro em 2018 tiveram as piores taxas de mortalidade por Covid em 2021, aponta estudo na Lancet. G1 Saúde. 16 de março de 2022. Acesso em: 26 de outubro de 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/saude/coronavirus/noticia/2022/03/16/cidades-que-mais-apoiaram-bolsonaro-em-2018-tiveram-as-piores-taxas-de-mortalidade-por-covid-em-2021-aponta-estudo-na-lancet.ghtml>.

que municípios brasileiros com características semelhantes em termos de desigualdade, renda e serviços de saúde tiveram comportamentos diferentes durante a primeira e segunda ondas da pandemia de Covid-19", ressaltam os cientistas.

Dessa forma, eles afirmam que municípios que, inicialmente, tinham melhores condições para enfrentar a pandemia - como um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) superior, serviços de saúde mais eficazes e menor desigualdade de renda - podem ter experimentado uma maior taxa de mortalidade devido às suas preferências políticas.

Nesse contexto, a declaração "Gripezinha" que minimiza a seriedade da pandemia de COVID-19 por parte do governo brasileiro, expressa pelo mais alto cargo político, Jair Messias Bolsonaro, o na época, presidente da República Federativa do Brasil, em 27 de março de 2020, embora possa parecer despropositada, está impregnada de um poder que determina a morte e revela a sinistra e deliberada estratégia estatal.

### 3 PLANO NACIONAL DE VACINAÇÃO

As vacinas são conhecidas por serem abordagens que têm o propósito de prevenir e reduzir a ocorrência de doenças que podem ser evitadas por meio do estímulo ao sistema imunológico, promovendo a produção de anticorpos. O Centro de Controle e Prevenção de Doenças (CDC) dos Estados Unidos considera as vacinas como uma das maiores conquistas no campo da saúde do século XX<sup>11</sup>. (11)

Assim como ocorre em grande parte dos países, o Brasil segue uma estratégia de alcançar a “imunidade de grupo”. Essa abordagem envolve a proteção das pessoas vacinadas, o que, por sua vez, também proporciona segurança para aqueles que ainda não foram vacinados ou que não podem se vacinar, ou seja, pessoas já tiveram reações alérgicas, como anafilaxia, considerada uma reação grave.

Portanto, houve a emergência de uma corrida contra o relógio para criar uma vacina eficaz que para salvar vidas e reduzir os níveis de mortalidade. Com um número alarmante de óbitos, medidas extremas, como o fechamento de estabelecimentos comerciais, o distanciamento social obrigatório e a imposição do uso de máscaras, destacaram as vulnerabilidades dos sistemas de saúde em todo o mundo, resultando no colapso de muitos deles. Logo se começou uma busca científica incessante quanto às melhores maneiras de conter o alastramento do SARS-COV-2, bem como os melhores tratamentos, uma possibilidade de cura e uma vacina contra o COVID- 19. Essa busca, no entanto, precisou do aval interno de cada nação e do apoio internacional em termos de compartilhamento de dados, informações e pesquisas<sup>12</sup>.

O esforço para desenvolver e aprovar vacinas nasceu nas nações com indústrias farmacêuticas de destaque, institutos de pesquisa e recursos consideráveis. Países como China, Rússia e Reino Unido lideraram a corrida na disponibilização de vacinas ao longo de 2020. No final do mesmo ano, emergiram dezoito vacinas após meses de estudos e testes clínicos realizados de maneira emergencial. Essas vacinas foram apresentadas ao mundo com base na capacidade de produção, agendas de distribuição e acordos estabelecidos entre os Estados. Elas foram apontadas como uma solução para reduzir a letalidade das vítimas, prevenir o surgimento de novas cepas e mutações que afetavam ainda mais a população.

---

<sup>11</sup> RESENDE, José Renato Venâncio; ALVES, Cândice Lisbôa. A vacinação obrigatória como um dever jurídico decorrente do direito fundamental à saúde. **Revista da Faculdade de Direito UFPR**, v. 65, n. 2, p. 129-148. 2020.

<sup>12</sup> LUIZ, Júlia Souza; MOREIRA, Nelson Camatta. O espetáculo e a falência democrática no cenário pandêmico: a recusa ao multilateralismo e a banalização da tragédia pelo Estado brasileiro. **Revista de Direito da Faculdade Guanambi**, v. 8, n. 01, p. e340-e340, 2021.

No Brasil, o plano foi elaborado pelo Ministério da Saúde em colaboração com estados e municípios, levando em consideração a disponibilidade de vacinas, grupos prioritários e infraestrutura logística. O plano teve fases de vacinação, priorizando profissionais de saúde, idosos, indígenas, pessoas com comorbidades e outros grupos mais suscetíveis à doença.

A distribuição das vacinas foi feita de forma proporcional à população de cada estado e município, garantindo que as regiões mais afetadas tivessem acesso prioritário às doses. A logística de transporte foi complexa, envolvendo parcerias com empresas de logística e transporte aéreo para garantir a chegada das vacinas a locais remotos.

Além disso, o plano previu a monitorização constante da eficácia das vacinas, bem como a identificação e resposta a possíveis eventos adversos. A população foi incentivada a se vacinar, e campanhas de comunicação foram promovidas para dúvidas claras e dissipar desinformações.

O Plano Nacional de Vacinação da COVID-19 foi uma peça crucial na luta contra a pandemia, representando um esforço conjunto para proteger a saúde pública e permitir a retomada segura das atividades normais. É um exemplo de cooperação entre diferentes níveis de governo e setores da sociedade para superar um desafio global sem precedentes.

Todavia, o Plano Nacional de Vacinação da COVID-19 foi mais um esforço das áreas técnicas do Programa Nacional de Imunização e dos estados e dos municípios, e ocorreu à revelia da Presidência da República.

### **3.1 Papel da ANVISA**

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) desempenhou um papel fundamental na aprovação das vacinas contra a COVID-19 no Brasil, como faz em qualquer processo de autorização de uso de medicamentos e imunizantes. A agência é responsável por avaliar cuidadosamente a segurança e eficácia de novas vacinas antes de autorizar sua distribuição e administração à população.

No contexto da pandemia de COVID-19, a ANVISA enfrentou um desafio sem precedentes, dada a urgência de disponibilizar vacinas eficazes para conter a disseminação do vírus. O processo de aprovação de vacinas normalmente passa por rigorosos ensaios clínicos e análises de dados antes de serem liberadas ao público, garantindo que sejam seguras e eficazes.

No entanto, durante a pandemia, houve preocupações legítimas sobre a pressão política em relação à aprovação das vacinas. O Governo Bolsonaro foi criticado por sua abordagem em relação à pandemia, incluindo declarações que minimizavam a gravidade do vírus e a importância das medidas de saúde pública, como o uso de máscaras e o distanciamento social.



Essa postura do Governo, na época, levantou preocupações sobre a possibilidade de interferência política na ANVISA e seu processo de aprovação de vacinas. A independência da agência foi crucial para garantir que as decisões fossem baseadas em evidências científicas e na segurança da população.

### **3.2 Pressão do Governo Bolsonaro contra a vacina**

A pressão política criou um ambiente desafiador para agências reguladoras, já que a necessidade de agir rapidamente não poderia comprometer a integridade do processo de avaliação de vacinas. A confiança pública na segurança das vacinas é fundamental para a eficácia das campanhas de vacinação, como o chefe do executivo, a época não comprovou que havia se vacinado, vários cidadãos tomaram a mesma postura.

A pressão do governo Bolsonaro em relação à vacinação contra a COVID-19 ainda é um tópico de discussão significativo desde o início da pandemia. O ex-presidente Jair Bolsonaro adotou uma postura cética em relação às vacinas em várias ocasiões, o que gerou controvérsias e preocupações em relação ao combate à pandemia no Brasil.

Uma das principais formas de pressão do Governo Bolsonaro contra a vacinação foi a disseminação de informações incorretas, as fakes news e teorias de conspiração sobre as vacinas contra a COVID-19. O presidente fez declarações controversas e desencorajou a vacinação em várias ocasiões, questionando a eficácia das vacinas e lançando dúvidas sobre sua segurança.

Além disso, o governo brasileiro atrasou a aquisição e distribuição de vacinas, o que gerou críticas quanto à sua eficácia no combate à pandemia. Houve também uma série de disputas políticas em relação à compra de vacinas e à coordenação nacional de um plano de vacinação eficaz.

É inegável que em um sistema presidencialista, como o nosso, o papel do Presidente da República é central ao exercer uma influência centralizadora, que atrai as grandes questões públicas para si. Em uma pandemia, a mais grave em um século, o papel do presidente se tornou ainda mais central. No entanto, há muitos – talvez incontáveis – elementos que indicam que o mandatário maior da nação acabou por desempenhar o papel de liderança prejudicial ao longo do enfrentamento da doença.

O Presidente da República, desde os momentos iniciais da crise relacionada à covid-19, não hesitou em suas escolhas, por mais temerárias e contraindicadas que fossem.

Um momento crítico – e muito provavelmente insuperável – foi o discurso do Presidente em rede nacional em 24 de março de 2020, defendendo o retorno à normalidade e promovendo a existência de um tratamento farmacológico que se baseava no uso da cloroquina. O ex-

presidente, em 8 de abril, publicou em sua conta na rede social Twitter, mais uma defesa eloquente da cloroquina.

Se a imunidade de rebanho era o objetivo a ser alcançado, a cloroquina era o método escolhido. Essas medidas, juntamente com a demora na distribuição das vacinas, provavelmente resultariam na disseminação da covid-19. A promoção realizada pelo Presidente da República pode ser observada, por exemplo, na entrevista que ele concedeu ao Blog do Mano, na qual afirmou que "quem for de direita toma cloroquina, quem for de esquerda toma tubaína".

Em 24 de outubro de 2020, o Presidente Bolsonaro foi enfático ao promover a suposta cura da covid-19 por meio da cloroquina. Na ocasião, declarou que "no Brasil, ao tomar a cloroquina no início dos sintomas, a cura é de 100%". Em outra situação, durante o evento "Brasil vencendo a Covid-19", fez propaganda enfatizando a infalibilidade desse medicamento, ao alegar que mais de 10 ministros de seu governo se recuperaram com a cloroquina. Isso demonstra que o Chefe do Executivo Federal anunciou uma cura infalível para o novo coronavírus, o que constitui a prática do crime de charlatanismo.

As redes sociais, como o Twitter ou o YouTube, se tornaram parte da maneira como o Presidente da República regularmente se comunica com a sociedade. Suas postagens, tanto nessas plataformas como em outros lugares, merecem total atenção, pois apresentam suas ideias ao mundo. Um exemplo disso é a transmissão ao vivo realizada em 28 de janeiro de 2021. Mesmo um ano após o início da epidemia, o Presidente continuou a promover medicamentos como a cloroquina<sup>13</sup>. (13)

### **3.3 Bolsonaro se recusa a se vacinar**

A hesitação do presidente, à época, em se vacinar é emblemática de uma polarização que marcou a resposta à pandemia no país. Enquanto líderes em todo o mundo buscaram dar o exemplo ao público e receberem a vacina publicamente para promover a confiança na imunização, Bolsonaro adiou a sua própria vacinação por vários motivos<sup>14</sup>.

Uma das justificativas apresentadas por Bolsonaro é que ele já contraiu a COVID-19 no passado e, portanto, teria adquirido imunidade natural, o que o tornaria menos suscetível à reinfecção. No entanto, a comunidade científica ainda não tem um entendimento completo

---

<sup>13</sup> CPI DA PANDEMIA – RELATÓRIO FINAL. Disponível em:

<https://drive.google.com/file/d/1wyq0Lwe0a6mLRz1a4xKqdpjarIWTDXPj/view>. Acesso em: 26 de outubro de 2023.

<sup>14</sup> OPINIÃO. Os líderes arriscam vidas ao minimizar o coronavírus. Bolsonaro é o pior. Disponível em: [https://www.washingtonpost.com/opinions/global-opinions/jair-bolsonaro-risks-lives-by-minimizing-the-coronavirus-pandemic/2020/04/13/6356a9be-7da6-11ea-9040-68981f488eed\\_story.html](https://www.washingtonpost.com/opinions/global-opinions/jair-bolsonaro-risks-lives-by-minimizing-the-coronavirus-pandemic/2020/04/13/6356a9be-7da6-11ea-9040-68981f488eed_story.html)

sobre a durabilidade da imunidade natural após a infecção, e a recomendação é que mesmo aqueles que já tiveram a doença recebam a vacina.

A recusa do presidente em se vacinar também gerou preocupações sobre a mensagem que isso envia ao público brasileiro. A hesitação das figuras de autoridade em relação à vacinação pode afetar negativamente a adesão da população à campanha de imunização, minando esforços para controlar a pandemia.

### **3.4 Liderança do Estado de São Paulo no plano de vacinação**

A liderança do Estado de São Paulo na campanha de vacinação contra a COVID-19 foi notável e desempenhou um papel fundamental no enfrentamento da pandemia no Brasil. Sob a gestão do governador, na época, João Doria, São Paulo adotou uma abordagem pró-ativa e estratégica para aquisição e distribuição de vacinas.

Um dos marcos mais significativos foi o desenvolvimento da vacina CoronaVac, em parceria com o laboratório chinês Sinovac. A CoronaVac foi uma das primeiras vacinas a serem testadas no Brasil e, após a conclusão dos ensaios clínicos, o Instituto Butantan, localizado em São Paulo, iniciou a produção da vacina em larga escala. A rapidez com que a produção foi estabelecida e a aprovação da CoronaVac pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) contribuíram para o início precoce da vacinação no país.

Além da CoronaVac, o Estado de São Paulo também fez parcerias para aquisição de outras vacinas, como a AstraZeneca e a Pfizer, ampliando o acesso a diferentes imunizantes. A capacidade de São Paulo de conduzir negociações para garantir suprimentos de diferentes vacinas foi fundamental para o Brasil ter acesso a um leque variado de opções de vacinas.

Outro ponto importante é a logística eficiente que o Estado implementou para a distribuição das vacinas. São Paulo criou um plano de vacinação bem estruturado, que envolveu a montagem de centros de vacinação em todo o estado, garantindo uma ampla cobertura e a rápida administração das doses.

A liderança de São Paulo na campanha de vacinação também se estendeu à comunicação. O Estado tem investido em campanhas de conscientização e informações sobre a importância da vacinação, trabalhando para combater a desinformação e as hesitações em relação às vacinas.

A atuação proativa e organizada de São Paulo na vacinação tem sido uma contribuição valiosa para a resposta à pandemia no Brasil, ajudando a controlar a propagação do vírus e a proteger a saúde da população. A liderança do Estado tem sido um exemplo de como uma

abordagem estratégica, parcerias e investimento em saúde pública podem fazer a diferença em tempos de crise.

### **3.5 Comissão de Inquérito Policial (CPI) da Covid – 19.**

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da COVID-19, instalada no Senado Federal do Brasil, é um marco importante no contexto da pandemia. Criada em abril de 2021, a CPI teve como objetivo investigar as ações e omissões do governo federal no enfrentamento da crise da COVID-19, além de apurar possíveis irregularidades e desvios de recursos públicos destinados ao combate da pandemia.

A CPI foi estabelecida em meio a crescentes críticas à gestão da pandemia pelo governo federal, incluindo a aquisição de vacinas, a promoção de tratamentos sem comprovação científica, a disseminação de desinformação e a falta de coordenação nacional. Ela foi um espaço para a realização de depoimentos de autoridades e especialistas, além da análise de documentos e dados relacionados às ações do governo durante a pandemia.

A versão final do parecer emitido pela CPI, que tem 1.279 páginas, recomenda o indiciamento do presidente Jair Bolsonaro pela prática de nove infrações. Três filhos do até então, presidente também não foram poupados pelo relator, que os acusou da prática de incitação ao crime: o senador Flávio Bolsonaro, o deputado federal Eduardo Bolsonaro e o vereador Carlos Bolsonaro.

Além deles, Renan Calheiros identificou infrações penais cometidas por duas empresas, a Precisa Medicamentos e a VTCLog, e por outras 74 pessoas. Entre elas, deputados, empresários, jornalistas, médicos, servidores públicos, ministros e ex-ministros de Estado.

### **3.6 O Estadão e a busca por transparência nos laudos do ex Presidente Jair Bolsonaro**

Nos últimos anos, a busca por transparência e prestação de contas por parte dos líderes políticos se tornou uma demanda crescente em todo o mundo. Isso inclui não apenas a divulgação de informações sobre ações de governo, mas também questões pessoais relacionadas à saúde dos líderes. No Brasil, um exemplo notável dessa busca por informações detalhadas envolveu o na época, Presidente da República, Jair Bolsonaro e questões sobre sua saúde e sua carteira de vacinação.

Em relação à saúde presidencial, o Estadão, um dos principais jornais do país, fez um pedido para ter acesso aos laudos médicos do Presidente que poderiam confirmar se ele contraiu

a COVID-19 em algum momento. Isso se tornou uma questão importante devido às discussões sobre a transparência e a veracidade das informações fornecidas pela Presidência. É importante notar que a falta de comprovação de que o Presidente teve COVID-19 gerou especulações e debates na sociedade.

A busca por esses laudos médicos se insere no contexto mais amplo da transparência e da prestação de contas no governo. A sociedade tem o direito de ter informações confiáveis sobre a saúde de seu líder, especialmente durante uma pandemia global. O acesso aos laudos médicos, quando devidamente autorizado e protegendo a privacidade do paciente, pode ajudar a dissipar dúvidas e contribuir para um debate informado.

Outra questão que se destacou está relacionada à falsificação da carteira de vacinação do Presidente. A carteira de vacinação foi um documento crucial no combate à pandemia, e a falsificação de tal documento é uma infração grave que deve ser investigada e tratada com seriedade. Além disso, a falsificação de documentos por figuras públicas pode minar a confiança da população no processo de vacinação e nas medidas de saúde pública.

O tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens de Jair Bolsonaro (PL), disse em seu acordo de delação premiada à Polícia Federal (PF) que o ex-presidente da República ordenou, no final do seu mandato no Palácio do Planalto, que ele fraudasse os cartões de vacina de covid-19 no sistema do Ministério da Saúde<sup>15</sup>.

De acordo com informações do portal UOL, Cid reconheceu sua participação no esquema e apontou Bolsonaro como o mandante. O portal afirma que o ex-chefe do Executivo solicitou que os cartões dele e de sua filha, Laura, de 13 anos, fossem adulterados. Segundo o tenente-coronel, os documentos adulterados foram impressos e entregues pessoalmente ao ex-presidente para serem utilizados quando ele julgasse apropriado.

O ex-assessor confirmou que os dados falsos de Bolsonaro e Laura foram inseridos no sistema do Ministério da Saúde por funcionários da Prefeitura de Duque de Caxias, na Baixada Fluminense, em 21 de dezembro de 2022, nove dias antes da viagem de ex-presidente aos Estados Unidos antes da posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Naquela época, as regulamentações americanas exigiam que os viajantes apresentassem prova de imunização contra a covid-19.

---

<sup>15</sup> ESTADÃO. Mauro Cid: Polícia Federal investiga fraudes em cartões de vacina e aponta que Bolsonaro ordenou. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/mauro-cid-policia-federal-fraudes-cartoes-vacina-bolsonaro-ordenou-policia-federal-delacao-premiada-nprp/> Acesso em: 26 de outubro de 2023.

## **4 CONSEQUÊNCIAS DA CAMPANHA CONTRA A VACINAÇÃO**

À medida que muitas doenças não representam mais uma ameaça significativa à saúde pública devido às intervenções de saúde, como a vacinação, surge um movimento anti-vacinação bem-organizado. Esse movimento baseia-se em informações não científicas, convicções religiosas e filosóficas, e argumentos relacionados à liberdade e aos direitos garantidos pela Constituição da República. A alegação de que as vacinas são ineficazes e inseguras é difundida por esse movimento, que alega manipulação para obter lucro, controle governamental e, acima de tudo, preocupação com os possíveis efeitos adversos das vacinas. Como resultado, doenças anteriormente consideradas erradicadas estão ressurgindo e causando surtos alarmantes, como o sarampo, que afetaram pessoas nos Estados Unidos e no Brasil.

### **4.1 Fenômeno Anti Vacina**

O movimento "anti-vacinas" da COVID-19, é um fenômeno global que tem ganhado cada dia mais força. São pessoas que se opõem à vacinação contra a COVID-19 por uma variedade de razões. Essa resistência complicou os esforços para controlar a pandemia e proteger a saúde pública. Uns dos principais motivos pelos quais algumas pessoas se tornam anti-vacinas da COVID-19 é a disseminação de informações falsas e teorias da conspiração sobre as vacinas da COVID-19 em plataformas de mídia social tem contribuído para a desconfiança em relação à vacinação. Isso inclui alegações infundadas de que as vacinas contêm microchips de rastreamento ou que são parte de uma conspiração global.

### **4.2 Vacinação Infantil**

Uma grave consequência disso é a queda na cobertura vacinal infantil no país. Os dados divulgados, em outubro de 2022, pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef)-mostram que a taxa de vacinação infantil no Brasil vem sofrendo uma queda brusca: a taxa caiu de 93,1% para 71,49%. De acordo com a pesquisa, realizada em parceria com a Organização Mundial da Saúde (OMS), esse número coloca o Brasil entre os dez países com menor cobertura vacinal do mundo<sup>16</sup>.

Até o início de 2023, somente 3,9% das crianças brasileiras com idade até 5 anos, ou seja, 584.456 meninos e meninas, haviam completado o esquema vacinal primário de duas doses ou dose única contra a COVID-19, de acordo com os dados registrados na plataforma

---

<sup>16</sup> Fiocruz - Fundação Oswaldo Cruz. Vacinação infantil sofre queda brusca no Brasil. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/vacinacao-infantil-sofre-queda-brusca-no-brasil>. Acesso em: 18 de outubro de 2023.

Localiza SUS do Ministério da Saúde. Estas estatísticas são alarmantes e refletem o cenário de 2022, quando o Brasil testemunhou o trágico óbito diário de crianças entre seis meses e 5 anos de idade em consequência da doença. A imunização do público de 3 a 5 anos foi autorizada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) desde julho do ano anterior com o uso da vacina CoronaVac, enquanto as crianças a partir dos seis meses tornaram-se elegíveis para receber o imunizante da Pfizer a partir de setembro.

No ano de 2022, o Instituto Butantan entregou 12 milhões de doses da CoronaVac destinadas à vacinação de crianças e adolescentes, cumprindo integralmente o compromisso firmado com o governo federal. Entretanto, conforme relatado pela secretária de Vigilância em Saúde e Ambiente do Ministério da Saúde, Ethel Maciel, no início de 2023, os estoques de vacinas contra a COVID-19 direcionadas às crianças com idade até 5 anos já se esgotaram, e um novo contrato com o instituto deve ser retomado em breve, como noticiado pela Agência Brasil.

Uma das principais complicações da COVID-19 é a Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG). Nesse contexto, observou-se um aumento de 41,3% nos casos de SRAG em crianças com idade de até 5 anos, passando de 10.504 para 14.852 entre 2021 e 2022. No entanto, os números de casos no grupo de 6 a 19 anos, que havia alcançado uma maior cobertura vacinal, diminuíram de 9.396 para 5.994, representando uma queda de 36,2%. Até o início deste ano, cerca de 30 milhões de indivíduos entre 5 e 19 anos de idade já haviam recebido a vacinação completa, o que corresponde a 68% dessa faixa etária.

Outro indicador que destaca os impactos positivos da imunização infantil é a redução das taxas de mortalidade. Em 2021, foram registrados 796 óbitos no grupo de 6 a 19 anos, e esse número diminuiu para 330 em 2022, o que representa uma redução de quase 60%. No cenário global, houve uma queda significativa de 84% no total de mortes por SRAG no Brasil nos últimos dois anos, passando de 372.954 para 59.409, o que pode ser atribuído em grande parte à cobertura vacinal contra a COVID-19 entre a população adulta<sup>17</sup>.

#### **4.2.1 Fala dos Ministros Damares e Marcelo Queiroga**

As insinuações ou declarações de figuras públicas como a Ministra Damares Alves e o então Ministro da Saúde Marcelo Queiroga, sugerindo que crianças não se vacinassem são

---

<sup>17</sup> **Instituto Butantan.** Menos de 4% das crianças abaixo de 5 anos foram imunizadas contra COVID-19 no Brasil. Disponível em: <https://butantan.gov.br/noticias/menos-de-4-das-criancas-abaixo-de-5-anos-foram-imunizadas-contra-covid-19-no-brasil>. Acesso em: 18 de outubro de 2023.

importantes de se considerar à luz do contexto da pandemia e da evolução do conhecimento sobre o vírus.

No dia 20 de janeiro de 2022, uma menina de 10 anos teve uma parada cardíaca horas após receber a primeira dose da vacina da Pfizer no interior da cidade de São Paulo.

Para aqueles que não acessam as redes sociais e os sites que propagam teorias de conspiração ligadas ao bolsonarismo, pode passar despercebido que um dos principais argumentos da extrema direita, inclusive do ex-presidente Jair Bolsonaro, para se opor à imunização de crianças é o alegado risco significativo de miocardite e problemas cardíacos. Na visão de Bolsonaro, esse risco se equipara ao potencial de contrair covid-19 e enfrentar sérias complicações decorrentes da doença.

No entanto, isso é um equívoco. "Para as crianças de cinco a 11 anos, a incidência de miocardite relacionada à vacina da Pfizer/BioNTech foi 16 vezes menor do que a causada pela própria covid-19. Os casos foram raros e não resultaram em óbitos, ou seja, todos tiveram uma boa recuperação clínica e não apresentaram sequelas", esclareceu Mônica Levi, diretora da Sociedade Brasileira de Imunizações <sup>17</sup>.

Entretanto, o governo Bolsonaro não levou em consideração essas informações e, de maneira sensacionalista, tentou tirar vantagem politicamente do caso com base em falsidades. Damares Alves, ministra da Família e dos Direitos Humanos, liderou um espetáculo macabro que parecia torcer pelo falecimento de uma criança.

O Centro de Vigilância Epidemiológica de São Paulo, que analisava o caso, descartou qualquer conexão entre o problema apresentado pela criança e a vacina contra a covid-19. Os exames realizados na menina identificaram que ela possui uma rara condição congênita, algo que a própria família desconhecia até então.

Portanto, tratou-se simplesmente de uma coincidência. No entanto, isso não foi considerado. Damares agiu como se não tivesse visto o esclarecimento divulgado pelos médicos de São Paulo e nem sequer o mencionou em suas redes sociais. É provável que as mensagens em seu perfil no Twitter tenham sido difundidas nas redes de desinformação ligadas à extrema direita.

Esses acontecimentos se somaram a outra informação falsa: Marcelo Queiroga, o Ministro da Saúde, havia afirmado que 4 mil pessoas morreram devido à vacina. Isso foi uma mentira. Quanto aos tuítes de Damares e ao teatro sombrio do qual ela participou, Queiroga, sendo cardiologista, poderia ter esclarecido a situação aos pais preocupados, mas optou por ignorá-los.



Nesse contexto, um possível caso de uma criança em estado crítico devido à vacinação serviu como um presente para o discurso enganoso do bolsonarismo. É fácil imaginar que, assim que foi informado pelos assessores, Bolsonaro tenha enviado Damares e Queiroga para Botucatu e tenha tentado entrar em contato com a família. A morte dessa criança seria um troféu para a extrema direita e suas aspirações eleitorais neste ano.

Em 6 de janeiro 2022, o presidente disse o seguinte em entrevista a uma emissora de televisão pernambucana: "A própria Anvisa que aprovou também diz lá que a criança pode sentir, logo após a vacina, falta de ar e palpitações. Eu pergunto: você tem conhecimento de uma criança de 5 a 11 anos que tenha morrido de covid? Eu não tenho".

Ele continuou: "Qual é o interesse da Anvisa por trás disso? Qual é o interesse das pessoas obcecadas por vacinas? É pela sua vida? É pela saúde? Se fosse, estariam preocupadas com outras doenças no Brasil e não estão. Portanto, peço, como se tratam de crianças, não se deixem levar pela propaganda. Converse com seus vizinhos. Quantas crianças contraíram covid e nada aconteceu com elas".

Bolsonaro mentiu, é claro. O Instituto Butantan estima que a covid-19 já matou mais de 1.400 crianças de zero a 11 anos no Brasil e deixou milhares com sequelas. "A doença está entre as 10 principais causas de morte de crianças e é causa de síndrome que afeta o coração e pode ser fatal", informa o Butantan.

A Sociedade Brasileira de Imunizações declara: "O risco de miocardite/pericardite após a vacinação existe, mas é raro. A probabilidade de esse quadro ser causado pela covid-19 é muito maior". Além disso, é sabido que a miocardite em crianças é leve e benigna.

Um post no site da Sociedade Brasileira de Pediatria afirma que "são enganosas as publicações que afirmam que a Pfizer teria reconhecido que as vacinas contra a covid-19 para crianças apresentam um risco maior de causar miocardite do que a probabilidade de evitar mortes causadas pelo novo coronavírus"<sup>17</sup>.

Durante a pandemia, especialmente nas fases iniciais, houve preocupações legítimas sobre a possibilidade de crianças serem infectadas pelo coronavírus SARS-CoV-2 e desenvolverem sintomas graves. No entanto, ao longo do tempo, pesquisas e estudos revelaram que, embora as crianças pudessem contrair a doença, a maioria delas apresentava sintomas leves a moderados e tinham um risco significativamente menor de desenvolver complicações graves em comparação com adultos mais velhos.

A discussão sobre a COVID-19 em crianças evoluiu à medida que mais dados e informações se tornaram disponíveis. Atualmente, sabe-se que as crianças podem ser infectadas, mas, em grande parte dos casos, a infecção é assintomática ou apresenta sintomas

leves, semelhantes a um resfriado comum. No entanto, casos raros de doença grave em crianças, incluindo a síndrome inflamatória multissistêmica em crianças (SIM-P), foram registrados.

Portanto, é importante que as figuras públicas e as autoridades de saúde comuniquem informações precisas e baseadas em evidências para evitar pânico ou mal-entendidos no público. O entendimento sobre a COVID-19 em crianças tem evoluído e é crucial que a comunicação oficial seja consistente com a atualização das evidências científicas.

A segurança e a saúde das crianças são uma prioridade, e a proteção contra a COVID-19 por meio de medidas como a vacinação, quando recomendada, é uma parte fundamental da estratégia de saúde pública para controlar a disseminação do vírus e proteger a população em geral, incluindo as crianças<sup>18</sup>.

Tendo em vista a eficácia inquestionável na redução das mortes e no alívio dos sintomas da COVID-19 através da imposição da vacinação. Um artigo em parceria entre docentes do Instituto Federal da Paraíba (IFPB) e a Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) comprovou, através de análises estatísticas, que o avanço da vacinação contra covid-19 no Brasil levou a uma redução de 96,44% no número de mortes causadas pela doença. Mesmo considerando o breve período de desenvolvimento, os ensaios clínicos e as aprovações conduzidas pelas entidades reguladoras garantiram a ausência de riscos significativos para os indivíduos. No entanto, é notável que os efeitos colaterais, embora dentro da normalidade, ainda suscitam dúvidas crescentes quanto à sua acessibilidade<sup>19</sup>.

### 4.3 A Importância da vacinação infantil na proteção contra a COVID-19

A pandemia de COVID-19 trouxe desafios sem precedentes para o mundo inteiro, afetando a saúde, a economia e o estilo de vida das pessoas. Enquanto a corrida global para a vacinação continua, é fundamental considerar a importância da vacinação infantil como uma estratégia vital para reduzir a disseminação da doença e proteger grupos de risco.

As crianças desempenham um papel importante na dinâmica da transmissão do vírus. Embora seja verdade que, em muitos casos, elas tenham uma probabilidade menor de desenvolver formas graves da COVID-19 em comparação com adultos, elas podem ser

---

<sup>18</sup> DAMARES, Bolsonaro, Queiroga e o circo da morte. **Intercept Brasil**. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2022/01/22/damares-queiroga-bolsonaro-vacina-infantil-covid/> Acesso em: 26 de outubro de 2023.

<sup>19</sup> Folha de S.Paulo. Após visita de Queiroga e Damares, Saúde diz que vacina não deu reação em criança. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2022/01/apos-visita-de-queiroga-e-damares-saude-diz-que-vacina-nao-deu-reacao-em-crianca.shtml>. Acesso em 18 de outubro de 2023.

portadoras do vírus e transmiti-lo a outras pessoas, incluindo aquelas que são mais vulneráveis a complicações severas.

Vacinar as crianças contra a COVID-19 é crucial por várias razões. Sendo elas, redução da Disseminação do Vírus, pois ao vacinar as crianças, se reduz o número de pessoas suscetíveis à infecção. Isso diminui a propagação do vírus na comunidade, contribuindo para controlar a pandemia. Proteção dos grupos de risco, aqueles que são mais suscetíveis a formas graves da doença, como idosos e pessoas com condições médicas subjacentes, podem estar expostos ao vírus por meio de interações com crianças. Vacinar as crianças ajuda a proteger esses grupos vulneráveis. Imunidade Coletiva, quando uma porcentagem significativa da população é vacinada, atinge-se o que é conhecido como imunidade de rebanho. Isso significa que o vírus encontra mais dificuldade para se espalhar, tornando a comunidade como um todo mais segura. Retorno à normalidade, a vacinação infantil é um passo importante para o retorno seguro às atividades escolares e sociais normais. Isso é fundamental para o desenvolvimento das crianças e a estabilidade das famílias.

É importante ressaltar que as vacinas autorizadas para uso em crianças passam por rigorosos testes de segurança e eficácia. Os benefícios da vacinação superam os riscos potenciais. A decisão de vacinar as crianças é baseada em evidências científicas sólidas.

Em resumo, a vacinação infantil desempenha um papel crítico na luta contra a COVID-19, protegendo não apenas as crianças, mas toda a comunidade. É uma medida solidária que contribui para a segurança e a saúde de todos. Ao vacinar as crianças, estamos dando um passo importante na direção de um mundo pós-pandemia, no qual a normalidade e a saúde coletiva podem ser restauradas<sup>20</sup>.

---

<sup>20</sup> BUTANTAN. Por que as crianças precisam ser vacinadas contra a gripe: entenda em 5 motivos. Disponível em: <https://butantan.gov.br/noticias/por-que-as-criancas-precisam-ser-vacinadas-contra-a-gripe--entenda-em-5-motivos>. Acesso em: 26 de outubro de 2023.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo em questão se debruçou sobre a intrincada relação entre a necropolítica e o governo Bolsonaro, com foco no Plano Nacional de Vacinação em meio à pandemia da COVID-19. Utilizando a teoria de Achille Mbembe como ferramenta analítica, foi possível destacar como o governo Bolsonaro adotou uma abordagem que negligenciou a preservação da vida em favor de uma agenda política polarizada.

Os impactos dessa abordagem se manifestaram de diversas maneiras. O número de casos e mortes por COVID-19 no Brasil foi alarmante, sobrecarregando o sistema de saúde e causando sofrimento generalizado. A resistência às medidas de distanciamento social e a promoção de tratamentos sem eficácia comprovada amplificaram o caos. No entanto, o Plano Nacional de Vacinação apresentou obstáculos significativos, prejudicando a capacidade do país de controlar uma pandemia de forma eficaz.

No entanto, ao lado dessas dificuldades, surgiram movimentos de resistência e solidariedade. A sociedade civil, profissionais de saúde e instituições lutaram para preencher as lacunas deixadas pela política oficial, promovendo a conscientização sobre a importância da vacinação e buscando maneiras de garantir o acesso à vacina para todos os brasileiros.

O Plano Nacional de Vacinação, iniciado em janeiro de 2021, buscou imunizar a população, com destaque para a vacina CoronaVac. Esperava-se que o Sistema Único de Saúde demonstrasse eficácia na resposta à pandemia, dado seu Programa Nacional de Imunização reconhecido internacionalmente.

Além disso, a liderança do Estado de São Paulo desempenhou um papel crucial na resposta à pandemia, produzindo a CoronaVac e estabelecendo um plano de distribuição eficaz. A atuação da ANVISA e a pressão do governo Bolsonaro em relação à vacina também influenciaram o combate à pandemia.

A CPI da COVID-19, instalada no Senado em 2021, investigou a gestão federal da pandemia e resultou em acusações contra Bolsonaro e outras autoridades. Em relação às vacinas, o Brasil enfrentou resistência significativa, com teorias de conspiração e informações falsas contribuindo para a hesitação da vacinação. Isso afetou não apenas a resposta à COVID-19, mas também a vacinação infantil, com queda nas taxas de cobertura vacinal e aumento nos casos de SRAG em crianças com menos de 5 anos.

Apesar de desafios, a vacinação infantil se mostrou eficaz na redução de taxas de mortalidade. A queda no número de óbitos entre jovens de 6 a 19 anos reflete os impactos positivos da imunização. No entanto, o Brasil ainda enfrenta desafios na luta contra a COVID-

19, incluindo o surgimento de variantes e a necessidade de aumentar a cobertura vacinal e promover a confiança nas vacinas.

As considerações finais deste estudo apontam para um futuro incerto, onde as lições aprendidas com a necropolítica e a resposta à pandemia podem moldar o curso da política de saúde e o engajamento político no Brasil. A análise realizada ressalta a necessidade de se compensar as políticas de saúde pública, promovendo uma abordagem baseada em evidências e centrada na preservação da vida em vez de ideologias polarizadas.

Na última análise, este estudo sublinha a importância de se abordar as questões de saúde pública com seriedade e responsabilidade, colocando a vida e o bem-estar da população no centro das políticas governamentais. Espera-se que o Brasil possa aprender com as lições do passado recente e buscar um futuro mais seguro e saudável para todos os seus cidadãos.

## REFERÊNCIAS

1. GREER, Scott L. et al. **Coronavirus politics: The comparative politics and policy of COVID-19**. University of Michigan Press, 2021.
2. BRASIL. Ministério da Saúde. Programa de Imunização (2003). Brasília – DF.
3. BRASIL. Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. "Medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19)." Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2020/lei/113979.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/113979.htm)
4. **CNN Brasil, 2020**. ‘Em rede nacional, Bolsonaro critica governadores: ‘Por que fechar escolas?’’ Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/em-rede-nacional-bolsonaro-critica-governadores-por-que-fechar-escolas/>. Acesso em: 14 de setembro de 2023.
5. BRASIL. **Ministério da Saúde, 2020**. Painel coronavírus. Brasília, DF. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/> Acesso em: 14 de setembro de 2023.
6. G1 "Brasil tem o maior número de mortes de COVID-19 por milhão de habitantes entre os países mais populosos." 6 de maio de 2021. Acesso em: 19 outubro de 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2021/05/06/brasil-tem-o-maior-numero-de-mortes-de-covid-19-por-milhao-de-habitantes-entre-os-paises-mais-populosos.ghtml>
7. CNN Brasil. "Pesquisa da Fiocruz relata perfil das vítimas da COVID-19 e desigualdades no enfrentamento." CNN Brasil Acesso em: 10 de janeiro de 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/pesquisa-da-fiocruz-relata-perfil-das-vitimas-da-covid-19-e-desigualdades-no-ini/>
8. PEREIRA, Juliana Martins. MBEMBE, Achille. Necropolítica. São Paulo: n-1 edições, 2018. 80 p. 2019.
9. ARAÚJO, Matheus. O que necropolítica tem a ver com a pandemia e com falas de Bolsonaro [Internet]. TAB Uol; 2020. Acesso em: 2020 Jul 10. Disponível em: <https://tab.uol.com.br/noticias/redacao/2020/04/03/o-que-necropolitica-tem-a-ver-com-a-pandemia-e-com-falas-de-bolsonaro.htm?cmpid=copiaecola>
10. **G1**. Cidades que mais apoiaram Bolsonaro em 2018 tiveram as piores taxas de mortalidade por Covid em 2021, aponta estudo na Lancet. G1 Saúde. 16 de março de 2022. Acesso em: 26 de outubro de 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/saude/coronavirus/noticia/2022/03/16/cidades-que-mais-apoiaram-bolsonaro-em-2018-tiveram-as-piores-taxas-de-mortalidade-por-covid-em-2021-aponta-estudo-na-lancet.ghtml>.
11. RESENDE, José Renato Venâncio; ALVES, Cândice Lisbôa. A vacinação obrigatória como um dever jurídico decorrente do direito fundamental à saúde. **Revista da Faculdade de Direito UFPR**, v. 65, n. 2, p. 129-148. 2020.

12. LUIZ, Júlia Souza; MOREIRA, Nelson Camatta. O espetáculo e a falência democrática no cenário pandêmico: a recusa ao multilateralismo e a banalização da tragédia pelo Estado brasileiro. **Revista de Direito da Faculdade Guanambi**, v. 8, n. 01, p. e340-e340, 2021.
13. CPI DA PANDEMIA – RELATÓRIO FINAL. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1wyq0Lwe0a6mLRz1a4xKqdpjarIWTDXPj/view>. Acesso em: 26 de outubro de 2023.
14. OPINIÃO. Os líderes arriscam vidas ao minimizar o coronavírus. Bolsonaro é o pior. Disponível em: [https://www.washingtonpost.com/opinions/global-opinions/jair-bolsonaro-risks-lives-by-minimizing-the-coronavirus-pandemic/2020/04/13/6356a9be-7da6-11ea-9040-68981f488eed\\_story.html](https://www.washingtonpost.com/opinions/global-opinions/jair-bolsonaro-risks-lives-by-minimizing-the-coronavirus-pandemic/2020/04/13/6356a9be-7da6-11ea-9040-68981f488eed_story.html)
15. ESTADÃO. Mauro Cid: Polícia Federal investiga fraudes em cartões de vacina e aponta que Bolsonaro ordenou. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/mauro-cid-policia-federal-fraudes-cartoes-vacina-bolsonaro-ordenou-policia-federal-delacao-premiada-nprp/> Acesso em: 26 de outubro de 2023.
16. FIOCRUZ - Fundação Oswaldo Cruz. Vacinação infantil sofre queda brusca no Brasil. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/vacinacao-infantil-sofre-queda-brusca-no-brasil>. Acesso em: 18 de outubro de 2023.
17. INSTITUTO BUTANTAN. Menos de 4% das crianças abaixo de 5 anos foram imunizadas contra COVID-19 no Brasil. Disponível em: <https://butantan.gov.br/noticias/menos-de-4-das-criancas-abaixo-de-5-anos-foram-imunizadas-contra-covid-19-no-brasil>. Acesso em: 18 de outubro de 2023.
18. DAMARES, Bolsonaro, Queiroga e o circo da morte. **Intercept Brasil**. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2022/01/22/damares-queiroga-bolsonaro-vacina-infantil-covid/> Acesso em: 26 de outubro de 2023.
19. FOLHA DE S.PAULO. Após visita de Queiroga e Damares, Saúde diz que vacina não deu reação em criança. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2022/01/apos-visita-de-queiroga-e-damares-saude-diz-que-vacina-nao-deu-reacao-em-crianca.shtml>. Acesso em 18 de outubro de 2023.
20. BUTANTAN. Por que as crianças precisam ser vacinadas contra a gripe: entenda em 5 motivos. Disponível em: <https://butantan.gov.br/noticias/por-que-as-criancas-precisam-ser-vacinadas-contra-a-gripe--entenda-em-5-motivos>. Acesso em: 26 de outubro de 2023.

---

## TERMO DE AUTENTICIDADE DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Eu, LARISSA ARAUJO GUILHERME

discente regularmente matriculado(a) na disciplina TCC II, da 10ª etapa do curso de Direito, matrícula nº (inserir TIA), período (inserir período), turma (inserir turma), tendo realizado o TCC com o título: NECROPOLÍTICA E GOVERNO BOLSONARO: PLANO DE VACINAÇÃO DA PANDEMIA DA COVID - 19

sob a orientação do(a) Professor(a) Dra. Geisa de Assis Rodrigues

declaro para os devidos fins que tenho pleno conhecimento das regras metodológicas para confecção do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), informando que o realizei sem plágio de obras literárias ou a utilização de qualquer meio irregular.

Declaro ainda que, estou ciente que caso sejam detectadas irregularidades referentes às citações das fontes e/ou desrespeito às normas técnicas próprias relativas aos direitos autorais de obras utilizadas na confecção do trabalho, serão aplicáveis as sanções legais de natureza civil, penal e administrativa, além da reprovação automática, impedindo a conclusão do curso.

São Paulo, 30 de outubro de 2023.

**AraujLa**

Assinado de forma digital por  
AraujLa  
Dados: 2023.10.30 21:47:19 -03'00'

**Assinatura do discente**